GeoNordeste

https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste
ISSN: 2318-2695

Recebido em 23 de maio de 2023
Aprovado em 02 de novembro de 2025

OS CONFLITOS DA MORADIA EM GOIÂNIA: O CASO DA FAVELA DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL E A INSTALAÇÃO DA AVENIDA LESTE-OESTE

HOUSING CONFLICTS IN GOIÂNIA: THE CASE OF THE FEDERAL RAILWAY NETWORK FAVELA AND THE INSTALLATION OF AVENIDA LESTE-OESTE

CONFLICTOS EN LA VIVIENDA EN GOIÂNIA: EL CASO DE LAS VILLAS DE LA RED FEDERAL DE FERROCARRILES Y LA INSTALACIÓN DE LA AVENIDA ESTE-OESTE

DOI 10.33360/geonordeste.v36i.19283

Leandro Oliveira Lima
Docente do Curso de Geografia Bacharelado e Licenciatura. Vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (Laboter). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG)
leandro.lima@ufg.br

RESUMO
O artigo tem por objetivo compreender as relações entre o direito à moradia no contexto das favelas da Rede Ferroviária Federal em Goiânia e a mobilidade urbana. Metodologicamente o artigo contou com revisão bibliográfica e identificação do fenômeno por meio de imagens de satélite, matérias publicadas nos principais jornais de Goiânia e visitas de campo visando identificar os conflitos de uso da terra urbana. O texto possibilita uma abordagem socioespacial da luta popular, explicando a espacialidade das favelas de Goiânia com destaque para a região Leste. Ao mapear aproximadamente 140 hectares de favelas na região Leste e indicar os conflitos de uso com a abertura da Avenida Leste-Oeste, o texto auxilia numa visão histórica e geográfica das sucessivas demandas por moradia popular na capital e os atuais conflitos com o poder público em Goiânia.
Palavras-chave: Goiânia; favela; moradia; Avenida Leste-Oeste.

ABSTRACT
This article aims to understand the relationship between the right to housing in the context of the favelas of the Federal Railway Network in Goiânia and urban mobility. Methodologically, the article included a literature review and identification of the phenomenon through satellite imagery, articles published in Goiânia's main newspapers, and field visits aimed at identifying conflicts over urban land use. The text provides a socio-spatial approach to the popular struggle, explaining the spatiality of Goiânia's favelas, with a focus on the eastern region. By mapping approximately 140 hectares of favelas in the eastern region and identifying the conflicts of use with the opening of East-West Avenue, the text provides a historical and geographical overview of the successive demands for affordable housing in the capital and the current conflicts with the government in Goiânia.
Keywords: Goiânia; slum; home; East-West Avenue.

RESUMEN
El artículo tiene como objetivo comprender la relación entre el derecho a la vivienda en el contexto de las villas de la Red Federal de Ferrocarriles en Goiânia y la movilidad urbana. Metodológicamente, el artículo incluyó una revisión bibliográfica e identificación del fenómeno através de imágenes de satélite, artículos publicados en los principales periódicos de Goiânia y visitas de campo destinadas a identificar los conflictos derivados de uso del suelo urbano. El artículo posibilita un abordaje socioespacial de la lucha popular, explicando la existencia de las villas de Goiânia en la región este de la ciudad. Mapeando aproximadamente 140 hectáreas de villas en la región este y profundizando los conflictos por la Avenida Este-Oeste, el texto brinda una mirada histórica y geográfica de las sucesivas demandas de vivienda urbana en la capital y conflictos actuales con el poder público en Goiânia.
Palabras clave: Goiânia; villas; vivenda urbana; Avenida Este-Oeste.

INTRODUÇÃO

Goiânia[1] é uma capital planejada no Centro Oeste brasileiro, famosa, no imaginário dos gestores públicos, pela sua capacidade de 'esconder' dos viajantes desatentos, as áreas de favelas da paisagem urbana. Contudo, quando analisamos o processo de reivindicação da moradia a partir da perspectiva das lutas populares, por meio dos movimentos sociais em Goiânia, é notório a ocorrência de diversas áreas de ocupações, conforme já mapeado por Almeida e Lima (2019). Embora o processo de metropolização goianiense possua estreita relação com a política de habitação popular, fato que pode ser interpretado pelas sucessivas políticas, como foi o Programa Mutirão da Moradia do governo Iris Resende (1983-1986), a insuficiência destas, como foi reconhecida na literatura (MORAES, 2003), não estancou o processo de favelização em Goiânia. Ainda assim, mesmo após a cobertura do Programa Minha Casa Minha Vida[2], os movimentos de luta pela moradia ainda estão presentes e se desdobram na resistência nas áreas de ocorrência das favelas.

Uma reportagem publicada em 22 de novembro de 2022, no Jornal O Popular, intitulada "Favelas já ocupam mais de 496 hectares em Goiânia" comparava a área total das favelas às dos maiores bairros tradicionais da capital, como é o caso do Setor Central e Setor Aeroporto, que somavam juntos, 498,9 hectares. O dado relevante da reportagem é que a pesquisa do Mapbiomas[3] identificou crescimento de 9,8% do total da área nos últimos dez anos. E, como sabemos, esse crescimento se deu no mesmo contexto em que o Brasil experienciou o maior programa habitacional já registrado em sua história do desenvolvimento urbano, o Programa Minha Casa Minha Vida.

Neste texto desenvolvemos a hipótese que Goiânia, em função de situação topograficamente plana da cidade, e portanto, com extensos estoques de terras como reserva de valor do mercado imobiliário, fez com as favelas se instalassem nas áreas úmidas, nas partes baixas do relevo, portanto, tornado mais difícil de serem notadas na paisagem urbana. Atualmente, em função das obras de intervenção do poder público no sentido de gerar vias de fluidez, como é o caso da Avenida Leste-Oeste, esbarra-se nas áreas de interesse socioespacial dos movimentos populares da segunda metade do século XX, dando certa visibilidade à questão das favelas. A Avenida Leste-

[1] Goiânia foi uma cidade criada na primeira metade do século XX, partir de um projeto prévio, com traçado e funções definidos antes da ocupação, o que possibilitou definir com exatidão o traçado rodoviário incluindo também a articulação ferroviária. No caso em tela, o artigo versa sobre como a população usou os estoques de terras urbanas da União como forma de resolver sua demanda por moradia.

[2] Instituído em 2009 sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff, em consonância com o Programa de Aceleração do Crescimento, a Lei n. 11.977 de 7 de julho, instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida como medida anticíclica para enfrentamento da crise financeira mundial de 2008.

[3] O Mapbiomas é uma iniciativa multi-institucional que envolve universidades, ONGs e empresas de tecnologia dedicadas ao mapeamento anual brasileiro em diferentes aspectos da cobertura territorial.

Oeste é uma via inacabada de Goiânia, cujo trajeto assenta-se sobre o leito da estrada de ferro da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

O IBGE (2010) registrava que 88% das ocupações subnormais se concentravam nas regiões metropolitanas em função da insuficiência das políticas governamentais para habitação. No caso de Goiânia, as favelas, apesar de não estarem situadas em áreas declivosas, dada as condições geomorfológicas da capital, enfrentam os mesmos problemas em sua permanência, dada a necessidade candente, patrocinada por uma visão obtusa de mobilidade urbana, sendo alvo de um "silencioso" processo de remoção. Ainda assim, a pesquisa do Mapbiomas identificou que em 2019 havia 90 registros de áreas de ocupações dentre os quais 55 destas áreas tinha o número mínimo de domicílios (51) contíguos, critério usado pelo IBGE para contabilidade na categoria de Aglomerado Subnormal. É neste contexto que o escopo do artigo está focado.

A pesquisa versa sobre como as favelas da RFFSA se tornaram um entrave às ações do poder público no saneamento das demandas da mobilidade urbana. Metodologicamente o artigo contou com revisão bibliográfica com vistas à compreensão das lutas populares por moradia em Goiânia e como estas se conectaram com o processo de produção do espaço urbano goianiense. Além da revisão bibliográfica, para a identificação das favelas utilizamos imagens de satélite e matérias publicadas nos principais jornais de Goiânia, além de visitas de campo visando identificar os conflitos de uso da terra urbana. Após a identificação das favelas, segmentamos e dimensionamos as áreas de posse da região leste de Goiânia vinculando-as aos conflitos travados com o poder público, mediante ausência de oportunidades à moradia e à mobilidade urbana. Com vistas a interpretar o processo pela via dos movimentos sociais organizados na defesa do direito à moradia e à cidade em Goiânia, o artigo é um produto do projeto de pesquisa *Habitação Popular na Região Metropolitana de Goiânia: avaliação dos impactos socioespaciais e fundiários dos conjuntos habitacionais entre 1980 e 2016*. O texto está dividido em três seções dentre as quais a primeira faz um levantamento do processo de reinvindicação da luta pela moradia em Goiânia. A segunda e a terceira seção caracterizam a espacialidade geográfica da favela às margens da Avenida Leste-Oeste e descreve como ela se instalou como um enclave de resistência da moradia popular à mobilidade urbana.

ANTECEDENTES DA LUTA POR MORADIA EM GOIÂNIA

Almeida e Lima (2019) compreendem a luta popular pelo direito à moradia em Goiânia a partir das ocupações que ocorreram no processo de formação Goiânia, cobrindo o recorte temporal compreendido entre 1975 e 2018. A pesquisa faz uma revisão histórica sobre o fenômeno das lutas populares em Goiânia, espacializando as diversas favelas a partir das informações divulgadas pela imprensa goiana. A partir das informações oficiais e da imprensa pudemos: a) identificar os sujeitos ativos na reivindicação da luta pela moradia; b) representar espacialmente as ocupações e os

processos sob as quais elas ocorreram. Isso foi possível com revisão bibliográfica e com uso das informações secundárias de publicações de Jornais desde o ano de 1975 até 2016. Além disso, Almeida e Lima (2021) contribuíram com a identificação dos atores envolvidos na luta por moradia. Para esta síntese das lutas populares, fizemos revisão bibliográfica ampliada sobre ocupações em Goiânia, entre as quais se destacaram Moysés (2004) e Moraes (2003). O que ocorreu em Goiânia, nos termos da luta pela moradia e da centralidade dos movimentos sociais, tem correspondência com outras experiências no Brasil (RODRIGUES, 1994; KOWARICK, 1979).

As conclusões da pesquisa apontaram para o *modus operandi* do poder público que, em geral pode assim ser definida:

> A) A prefeitura fazia as remoções sem previamente assegurar áreas regularizadas, o que tornava essa população reincidente em novas ocupações. Neste sentido a leitura atenta das reportagens apontava, desde a década de 1980, as falhas das iniciativas do poder público em se tratando das políticas públicas de habitação em Goiânia, que se demonstravam ineficientes, como é o caso da ocupação ao longo do Córrego Botafogo deixada à mercê sob justificativa de que, por ocuparem áreas públicas, não possuíam nenhum direito adquirido à moradia.
>
> B) Os programas habitacionais utilizados pela Prefeitura, como por exemplo a Cooperativa Mista Habitacional Popular (COPHOG), o Projeto Renascer, o Projeto Habitat, Projeto Nova Morada, PROTECH, Pró-Moradia, Programa Habitar Brasil – OGU, Programa Habitar Brasil, Morar Melhor, Programa Subsídio Habitacional e ações emergenciais de doação de terrenos, se mostraram deficitários frente as demandas por moradia e na prática alheios não apenas as realidades da população em vulnerabilidade socioeconômicas, mas as identidades sociais e comunitárias dos atores envolvidos (ALMEIDA e LIMA, 2019, p. 20).

Em associação indireta, o poder público não conseguiu coibir o interesse do mercado imobiliário que, gozando de estoques extensos de terrenos e com vetores rodoviários de valorização em formato radial, disperso em função da aglutinação de áreas urbanas pretéritas, usou e abusou da estratégia de antecipação espacial (CORRÊA, 1989), para especular com a terra urbana em Goiânia, induzindo fragmentação da terra urbana nos municípios do entorno, desvelando os interesses dos agentes do mercado imobiliário, conforme Lima (2015). Com efeito, este problema se circunscreve ao clássico debate sobre o papel dos agentes produtores do espaço urbano, conforme Corrêa (1989), dos quais os interesses do Estado à serviço do mercado imobiliário criou sérios entraves à instalação dos conjuntos populares no ambiente metropolitano de Goiânia, assunto que verticalizamos em Lima (2010).

AS FAVELAS DA REGIÃO LESTE DE GOIÂNIA

A formação territorial da região Leste de Goiânia é marcada por sucessivos processos de ocupação. Essa é, sem dúvidas, uma rugosidade permanente (SANTOS, 2008) que pode ser observada na paisagem da região. O bairro Vila Nova, às margens do Córrego Botafogo, se inicia com processo de ocupação dos trabalhadores da construção civil. Didaticamente tal processo pode

ser evidenciado no documentário "Nossa história daria um filme" publicado no canal da TV UFG, no Youtube (TVUFG, 2014)[4]. As intervenções do poder público na porção leste do referido córrego vão desdobrar em nova ocupação, a Nova Vila, que, irá ocupar ainda em 1947, a área próxima ao antigo Manicômio da Vila Militar, que em 2019 se encontra instalado o Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER), às margens do Rio Meia Ponte. Depois, a ação do poder público levou a população sem teto às ocupações na região do Areião, às margens do córrego Botafogo.

Como identificado em Almeida e Lima (2019), em 1975 já havia ocupações que se localizavam nas margens da Estrada de Ferro, nos setores Jardim Xavier e Centro-Oeste, no Setor Universitário, na Vila Abajá e em outros pontos da cidade, estimando cerca de mil barracos ao longo da estrada de Ferro a partir do Setor Norte Ferroviário. Em 1980, ocorreu a retirada dos moradores das ocupações ao longo do Córrego Botafogo e da região do Areião, sob argumento do prolongamento da Avenida 136. O outro objetivo alegado pela prefeitura do município era a construção de uma ciclovia que se daria ao longo do Córrego Botafogo entre a Vila Redenção e o centro da Capital, estimando 80 km de vias às margens dos córregos e ribeirões da cidade, obra que só se confirmou na década de 1990 com a construção da Avenida Marginal Botafogo.

Ainda, segundo Almeida e Lima (2019), havia ainda outras áreas de posse na região leste, negociação feita pelo assessor Aureliano Consort, junto aos moradores da ocupação da Vila Concórdia. A Vila Concórdia aparece, na narrativa da imprensa goiana como "Invasão do Oliveira" e "Invasão da dona Irani". Conforme Almeida e Lima (2019), os acampados (cerca de uma centena de famílias), em 1981, tinham medo das remoções pela Secretaria de Ação Urbana, que, sob uso da violência policial e dos tratores do poder público municipal, derrubava os barracões sob justificativa falsa de "limpeza da área".

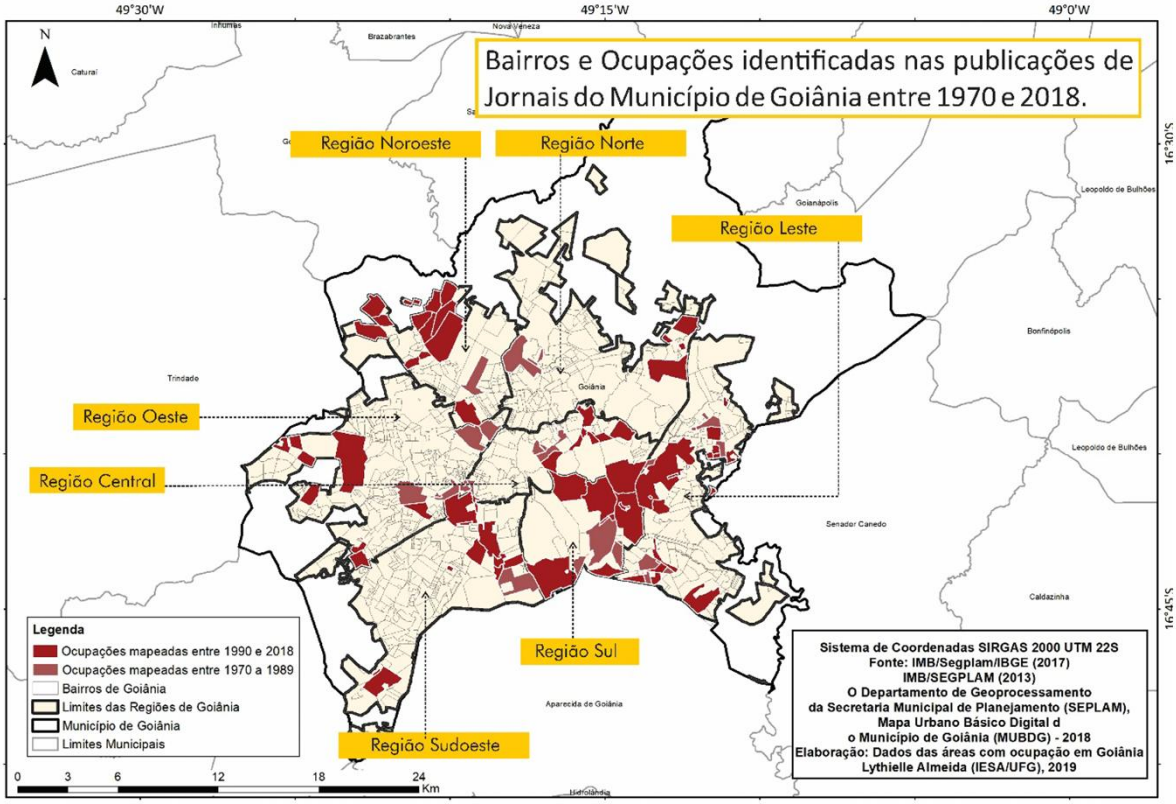
Mais ao Sul da capital, ainda em 1980, cerca de 500 famílias moradoras da ocupação do Parque Santa Cruz (conhecida como Mamoneiras), próxima ao Parque das Laranjeiras, atestavam a ameaça de sua retirada por parte de interesse da área pela Rádio Brasil Central. O local era um lixão desativado da prefeitura. Em, 1981, moradores das ocupações do Parque Vitória, Conjunto Fabiana, Parque das Laranjeiras e Vila José solicitaram à prefeitura de Goiânia a intermediação com os proprietários da ocupação do Parque Vitória para a venda dessas áreas às famílias que ocuparam o local. Outros pontos abordados foram a requisição de infraestrutura urbana no Conjunto Fabiana, Parque das Laranjeiras (ALMEIDA e LIMA, 2019).

Até o final da década de 1980 em Goiânia havia diversas áreas ocupadas, em dez bairros contando com cerca de 530 famílias cadastradas. Estimava ainda o poder púbico que a cifra poderia atingir mais de quinze bairros da capital. As áreas ocupadas, conforme figura 01, se estendiam pelos

[4] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e6Bk2N8xN6c.

bairros: Pedro Ludovico, Parque das Amendoeiras, Vila Cosme, Jardim Atlântico II, Água Branca, Vila Rica, Vila Perdiz, Bairro Goya, Conjunto Novo Horizonte I, II, Vila João Vaz, Jardim Novo Mundo, Conjunto Bandeira, Bairro Santo Hilário, Vila Vera Cruz, Ciclovia-Setor Sul, Balneário Meia Ponte, Vila Bandeirante I, Jardim Vitória, Vila Santa Rita, Setor Tancredo Neves, Vila Adélia, Setor Norte Ferroviário, Parque Industrial João Braz, Vila Bandeirantes, Jardim Balneário Meia Ponte. Como se vê, a região Leste de Goiânia, em parte por conta da proximidade ao Setor Central da cidade, registra pelo menos 8 bairros com presença de ocupações. Contudo, convém destacar que o plano original da cidade limitava o crescimento urbano às margens da BR-153.

Figura 1- Mapa síntese das ocupações e bairros no Município de Goiânia citadas entre 1970 e 2018



Fonte: Almeida e Lima (2019).

Como se apreende pelo mapa 01, as áreas de posse identificadas na porção leste seguiram mais concentradas, sobretudo na direção sul da capital. Destaca-se nelas, a instalação às margens dos sistemas de circulação e infraestrutura (Br-153, Rede Ferroviária Federal, aterros, redes de energia elétrica) e ainda, a ocorrência de áreas de posse em áreas públicas, no interior de bairros regularizados pelo poder público. Atualmente o que a paisagem revela é o contraste destas ocupações ao lado de casas de alto padrão, como os condomínios do complexo Alphaville. Predomina, por exemplo, no Bairro Jardim Novo Mundo, a ocupação de áreas públicas e de proteção ambiental do Município. Essas ocupações eram, em sua maioria, chácaras de recreio, de

alto valor, ocupando áreas dos córregos e nascentes afluentes do Rio Meia Ponte, conforme Figura 2.

Figura 2 - Foto 01: Presença de contato físico entre Condomínio Alphaville e área de posse no Bairro Água Branca. Foto 02: Ocupação Emanueli e Jardim Novo Mundo 2, área de posse regularizada pelo poder público na década de 2000 às margens da Rua Lincoln, Jardim Novo Mundo, região Leste de Goiânia

. Fonte: Google Earth (2022)

Os dados de 2017 sobre aglomerações subnormais em Goiânia, identificavam sete ocupações dessa tipologia[5], sendo elas Quebra Caixote, Vila Lobó, Jardim Botânico I e II, Emílio Póvoa, Jardim Guanabara I e Antônio Fidélis. Além dos aglomerados consolidados, registrava ainda aqueles em formação como é o caso das ocupações Fidel Castro e Residencial Nelson Mandela (ambas localizadas no Conjunto Vera Cruz), sendo o Residencial Emanueli, identificado no Mosaico 01, o mais dinâmico em termos de atividades de ocupação da região Leste, às margens da rede de alta tensão que corta a região. Porém, para o período avaliado (1970 a 2018) na pesquisa desenvolvida por Almeida e Lima (2019), foram identificados a ocorrência de 135 ocupações, dentro as quais 38 áreas de posse somente na região Leste, dentre estas, registra-se ainda a presença de Associações de moradores, conforme Quadro 01.

Quadro 1 – Quantificação das áreas de posse por bairros identificados a partir da imprensa (1970 a 2018)

5 Dados sobre os aglomerados subnormais em Goiânia em relação ao Estado de Goiás e Brasil disponíveis no Endereço eletrônico: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/23/25359?tipo=ranking&indicador=25446 e no caderno de dados do Instituto Mauro Borges (IMB), no endereço eletrônico: http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2012/situacao-dos-aglomerados-subnormais-em-goias.pdf

Período das Publicações	Total de Ocupações e Bairros rastreados nas Publicações	Total de Ocupações e Bairros rastreados nas Publicações por região	Total de Associações Identificadas
1970-1989	64	Norte: 04	13
		Noroeste: 02	
		Leste: 21	
		Oeste: 06	
		Central: 11	
		Sul: 09	
		Sudoeste: 10	
		Zona Rural: 01	
1990-2018	71	Norte: 04	9
		Noroeste: 14	
		Leste: 17	
		Oeste: 09	
		Central: 07	
		Sul: 09	
		Sudoeste: 11	
TOTAL	**135**		**22**

Fonte: Adaptado de Almeida e Lima (2019).

Conforme Almeida e Lima (2019), embora se tratando de um assentamento subnormal, do ponto de vista da estrutura fundiária e do processo de regularização de loteamento, até 2012, Goiânia apresentava 49 áreas públicas ocupadas, sendo uma na região Oeste, oito na região Norte, sete no Centro, duas na região Sudoeste, dezenove na região Sul e doze na região Leste. A maioria dessas áreas eram destinadas a praças, Área de Preservação Permanente ou ruas. Nestes casos, os moradores pagavam IPTU, dispunham de rede de distribuição de água e energia (Figura 3). As imagens mostram uma praça no Jardim Novo Mundo onde duas famílias moram há mais de 30 anos. Em campo, identificamos nessas áreas um variado perfil socioeconômico. Por se tratar de uma área de posse em meio a um setor regularizado, do ponto de vista dos padrões urbanísticos, o uso esconde o processo de apropriação de áreas públicas também pela classe média.

Figura 3 - Área pública ocupada por famílias de classe média na Rua Indiana no Jardim Novo Mundo

Fonte: Google Maps (2022)

Uma visão de síntese sobre o processo de instalação e disposição das áreas de posse da região Leste de Goiânia, pode ser observada na Figura 4. Na pesquisa das imagens de satélite e em trabalho de campo em 2022 identificamos 51 segmentos de áreas usadas com aspecto estético das favelas brasileiras, cujo destaque se ressalta pelas quadras desencaixadas de um contexto geométrico imediato, ruas irregulares decorrentes do processo de posse, acesso estreito e conexão às ruas principais dificultados, presença reiterada de áreas úmidas nas bordas do segmento, das quais se destacam afluentes do Rio Meia Ponte, e ainda, em casos isolados, utilização de áreas públicas (praças ou terrenos lindeiros pertencentes ao poder municipal, estadual ou federal), fator que favoreceu a estabilidade de uso mediante à inépcia do poder público.

Figura 4 – Espacialização das favelas da região Leste (2022).

Fonte: Google Earth (2025).

Como observamos em campo, no conjunto dos 11 aglomerados identificados nas proximidades das áreas úmidas, nascentes tributárias do Rio Meia Ponte. As onze investigadas estavam distribuídas em 51 segmentos de área, conforme o quadro 2, dentre as quais, 8 favelas (72,7%) estavam nas cabeceiras das nascentes (ou muito próxima delas) dos córregos o que reforça nossa visão sobre o sentido da favela goianiense que "desce o morro", como se "escondesse" do poder público, da população em geral ou do turista observador.

Entre as onze aglomerações estudadas, apenas Novo Mundo 2 -Emanuely estava em processo de ocupação em curso, às margens de outras duas áreas já consolidadas. Para fins da pesquisa agrupamos a favela recente ao bairro Novo Mundo 2 em função dela situar-se abaixo da rede elétrica de alta tensão e agregar-se à mesma área de nascente afluente do Rio Meia Ponte (curso d'agua que meandra à leste na Figura 2). A dimensão total media mais de 180 mil metros

quadrados de área tornando a área de posse a terceira maior área de posse da região Leste, precedida pelas favelas da Vila Concórdia e do Quebra Caixote. O Complexo de favelas avaliado possuía mais de 149 hectares servidos por redes de circulação viária importantíssimas como Br 153, Avenida Anhanguera e Avenida Leste Oeste. Esses elementos conferem ainda uma característica importante às favelas de Goiânia: elas desfrutam de posição geográfica bem centralizada no contexto da metropolização.

Quadro 2 - Complexo de Favelas região Leste de Goiânia

Ordem	Nome da Aglomeração	Total de segmentos de áreas de posse	Área aproximada em m2*	Total do segmento (m2)	Posição Geográfica
1	Ferrovia-Negrão de Lima	6	82.807	146.415	Traçado da RFFSA - Av. Leste Oeste e Córrego da Onça
			1.458		
			9.987		
			13.680		
			27.769		
			10.714		
2	Nova Vila-Negão de Lima	2	33.721	94.781	Margens do Meia Ponte
			61.060		
3	Ferrovia-Novo Mundo	2	16.675	63.414	Traçado da RFFSA - Av. Leste Oeste
			46.739		
4	Quebra-Caixote	6	3.767	219.770	Nascente Córrego Palmito
			5.589		
			25.008		
			40.297		
			57.964		
			87.145		
5	Novo Mundo-Áreas Públicas	13	19.459	72.089	Áreas públicas
			8.839		
			4.184		
			2.250		
			1.368		
			1.451		
			981		
			813		
			1.154		
			8.004		
			10.441		
			11.761		
			1.384		

6	Novo Mundo 2 - Emanuelly	2	12.228 169.060	181.288	Nascente Córrego Buriti
7	Água Branca-Maria Luiza	8	18.441 14.150 63.607 7.971 8.028 19.408 11.143 15.948	158.696	Nascente córrego Água Branca
8	Vila Lobó	2	14.492 113.981	128.473	Nascente córrego Sumidouro
9	Setor Universitário	7	4.648 11.013 94.685 11.715 9.910 18.608 5.689	156.268	Vertente Córrego Palmito - Br 153
10	Vila Concórdia	1	226.087	226.087	Nascente Córrego sem nome
11	Santo Hilário	2	18.458 32.984	51.442	Nascente Córrego Abel
Total		**51**	**1.498.723****	**1.498.723**	-

Organizado pelo autor. * área calculada pela ferramenta perímetro do Google Earth (2022)
** sempre que possível evitamos computar área do logradouro público.

Sobre o ponto de vista da organização interna, as favelas da região Leste estavam servidas por obras de engenharia como asfalto, acesso à água tratada e energia elétrica, e próximas à equipamentos públicos como escolas e hospitais. Especialmente nos casos em que não se instalaram em áreas com declividade acentuada e úmidas, perceber as favelas na paisagem urbana exigiu de nós atenção especial à dimensão frontal dos lotes para identificação da uniformidade. Nos casos das áreas públicas do Jardim Novo Mundo, chama atenção a forma como os posseiros conseguiram instalar suas moradias, respeitando o afastamento de calçadas.

CARACTERIZAÇÃO DA FAVELA DA RFFSA

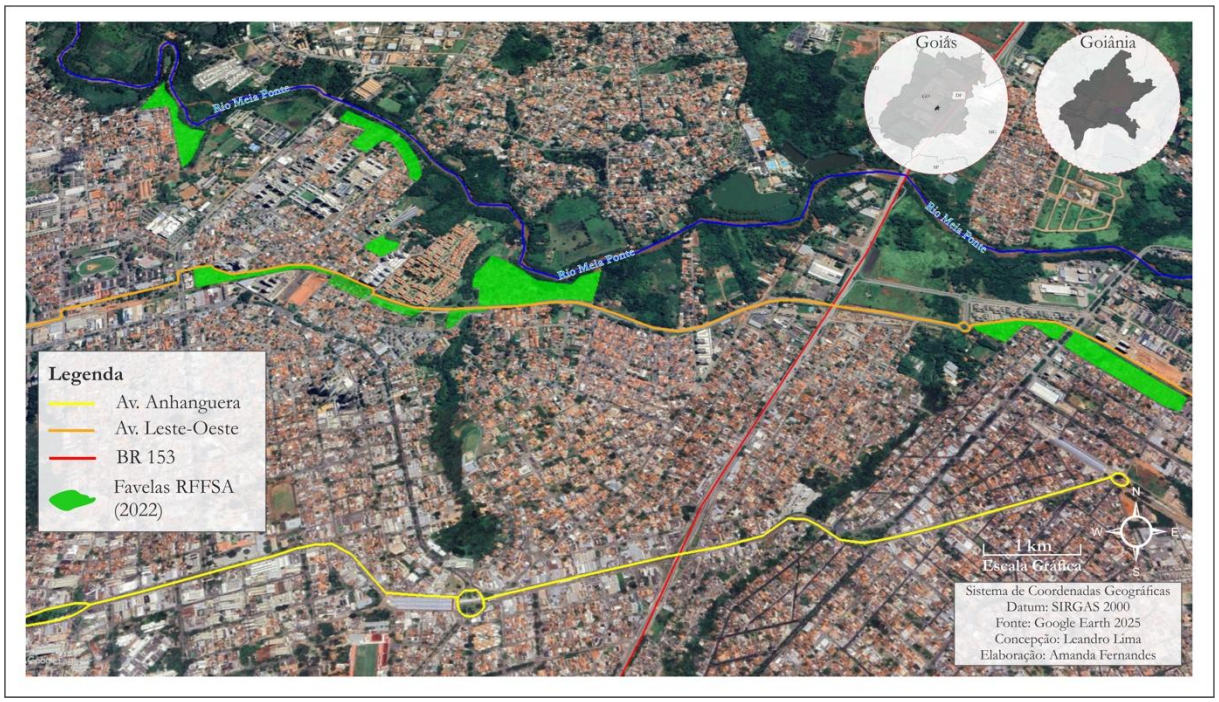
A Avenida Leste-Oeste é uma via inacabada de Goiânia, cujo trajeto assenta-se sobre o leito da estrada de ferro da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), que chegou à capital na década de 1950. Seu curso sobre o antigo leito da ferrovia possui aproximadamente 14,3 quilômetros de extensão. Ela é o acesso à Senador Canedo, pela GO-403, nas imediações da Central de Distribuição de combustível da Petrobrás, situada no Jardim Novo Mundo e segue percurso até a Avenida Castelo Branco, no Setor Aeroviário, saída para Trindade (Figura 5).

Figura 5 - Localização das avenidas Leste Oeste e Anhanguera em Goiânia.

Mesmo assumindo papel importante, do ponto de vista da mobilidade urbana, a Avenida Leste-Oeste não inaugura um padrão de circulação novo na metrópole, haja vista a cidade já possuir a Avenida Anhanguera, com extensão e traçado correspondentes, medindo aproximadamente 12 quilômetros, cuja pista, abriga o principal corredor de transporte coletivo da metrópole. É com base nessa premissa, que sustentamos a ideia de transbordo dispensável à remoção das favelas para criação da Avenida Leste-Oeste.

Por se tratar de um terreno lindeiro cujas terras pertenciam a União, o leito da RFFSA foi ocupado sucessivamente pelo movimento de posseiros em Goiânia. A figura 4 espacializou as favelas da região Leste dos quais pelo menos 7 áreas identificadas situam-se às margens da Ferrovia, conforme Figura 6.

Figura 6 – **Favelas às margens da Avenida Leste-Oeste.**



Sua geografia 'irregular', do ponto de vista do acesso e da disposição das quadras, imbricadas na paisagem ordenada da cidade, passaria desapercebida pelo observador, não fosse sua marca socioeconômica díspar, passível de ser observada na própria paisagem. As áreas hachuradas da imagem (em azul), ocupam área total de pelo menos 295.373 mil metros e estão localizados às margens da Avenida Leste Oeste, conforme o quadro 3.

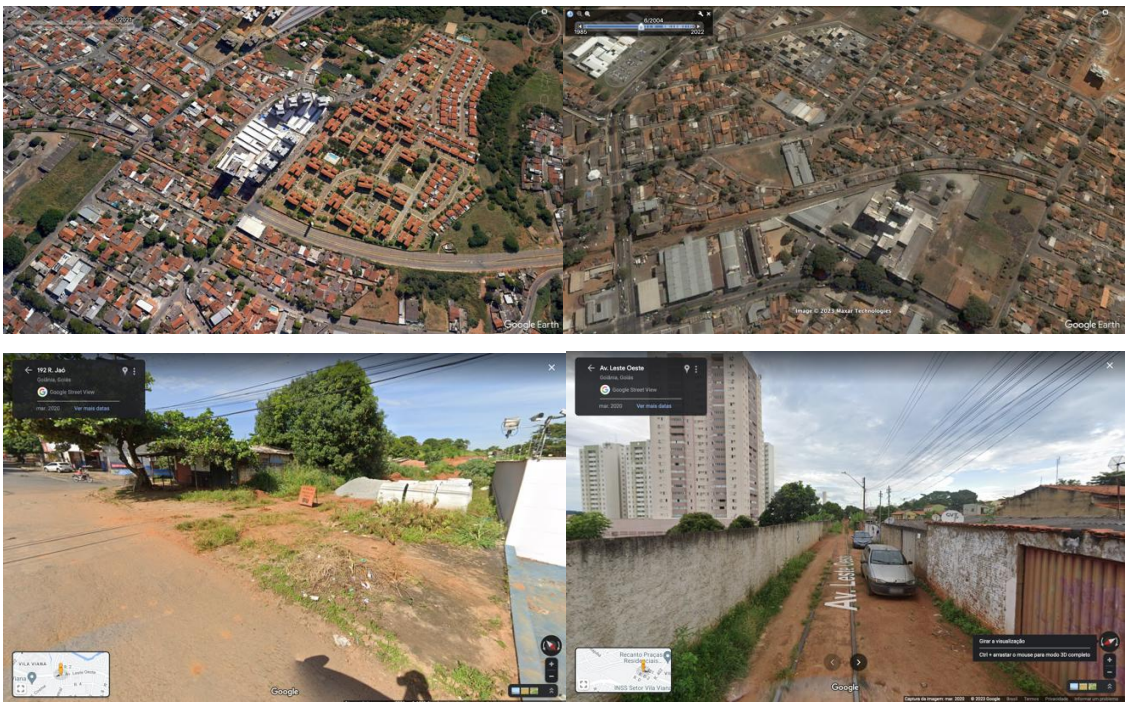
Quadro 3 - Áreas de posse segmento Leste da Av. Leste-Oeste

	Nome da Posse	Área (m2)	Total de edificações
01	Juiz de Fora	46.739	108
02	Colônia	16.675	90
03	Meia Ponte	82.807	383
04	Nascente M. Ponte	6.035	20
05	Negrão Lima 01	9.887	83
06	Negrão Lima 02	13.680	63
07	Negrão Lima 03	24.769	128
08	Nova Vila	61.060	193
09	Negrão de Lima 04	33.721	126
	Total	**295.373**	**1.119**

Elaborado pelo autor, com base em imagens Google Earth e Maps.

O conflito territorial urbano envolve diretamente o direito à moradia e a questão da descontinuidade do leito rodoviário. As áreas estão associadas às posses 06 e 07 no Setor Negrão de Lima, com área total aproximada de 38,4 mil metros quadrados de áreas ocupadas ao longo do leito da antiga rede ferroviária. Na faixa de domínio da ferrovia, como identificamos via Google Earth, não é possível instalar a avenida sem a consequente remoção das famílias, conforme a Figura 7.

Figura 7 - Aspectos da paisagem nas áreas de posse do Setor Negrão de Lima. Fonte: Google Maps. (2022).



Como se evidencia, nas imagens 01 e 02, no topo do mosaico, há uma interrupção faixa de domínio da ferrovia ocasionada pela ocupação residencial, fato que é representado em detalhe nas imagens 3 e 4. A imagem 3 é anterior à remoção das casas pelo poder público, numa ponta de quadra. A imagem 4 representa a situação atual das residências no leito da ferrovia, em que possível observar a presença dos trilhos. Por meio das imagens do Google-maps identificamos 191 imóveis construídos na faixa de domínio da ferrovia, que precisariam ser removidos para ceder espaço para o traçado da Avenida Leste Oeste.

Conforme pesquisa anterior (ALMEIDA e LIMA, 2021), a área Pública Federal, posteriormente privatizada para a Ferrovia Centro-Atlântica, continuou sendo um ponto para novas ocupações. De forma cíclica, as ocupações e retiradas das famílias foram acontecendo até 2004, em que cerca de 50 famílias se viam em condições de insalubridade e aguardando por uma solução do poder público para a questão em que houvesse a realocação para uma área definitiva. Houve inclusive a organização comunitária dos moradores com vistas à inclusão das famílias no Orçamento Participativo e no cadastro público de demanda por moradia. Essas pessoas constituíam em sua maioria, por catadores de materiais recicláveis e por migrantes do Nordeste do Brasil, como o caso do pernambucano José Ribamar Miliano Maximino, que morava no local há 3 anos e Ozeni Teixeira, uma das representantes dos moradores.

Como se vê nas imagens disponíveis no Google Mapas, ainda em 2018 é possível identificar o avanço das construções sobre o leito da rede ferroviária, mesmo no contexto em que o poder público iniciava as obras no trecho Negrão de Lima-Novo Mundo, portanto havia uma atividade de

apropriação do canal em curso, quando o veículo do Google Earth circulou pelo local, conforme Figura 8.

Figura 8 - Atividade recente no canal ferroviário, imediações do antigo Moinho Goiás, no Setor Negrão de Lima

Fonte: Google Maps (2022)

Dentre as áreas estudadas foi possível identificar dois padrões de estruturação das posses nos terrenos lindeiros da antiga RFFSA. O primeiro, diz respeito às áreas que respeitaram distância mínima do terreno lindeiro, o que tornou possível a instalação da Avenida Leste-Oeste, com leito suficiente para implantação da pista dupla. Tais áreas consolidadas, em sua grande maioria, por se tratar de posses históricas, mesmo em terrenos com declividade acentuada e com risco de desabamento, tenderam à sua permanência na paisagem urbana. O segundo padrão, representa áreas de posse novas ou consolidadas, que, por se instalarem na faixa de domínio da linha ferroviária, sem respeitar o terreno lindeiro federal, representam um 'entrave' à circulação rodoviária, e, portanto, a efetivação da conclusão da Avenida Leste Oeste. Convém destacar, ainda, a presença de vários estoques fundiários (áreas) passíveis de outorga uso intensivo, para regularização fundiária, com edificação de prédios para provisão da demanda por remoção e moradia próxima, estas áreas tenderam à apropriação acelerada pelo mercado imobiliário.

Do ponto de vistas das relações entre a mobilidade e o direito à moradia, as favelas da Rede Ferroviária se agrupam, conforme o quadro 2, em 8 agrupamentos (sítios) de área, denominadas por nós como Ferrovia-Negrão de Lima e Ferrovia-Nova Mundo, as duas principais aglomerações. Sobre seus efeitos territoriais sobre o fluxo da via, identificamos duas interrupções para continuidade da Avenida Leste Oeste. A área total das duas favelas corresponde a 209.829 mil

metros quadrados, dos quais aproximadamente 38.459 mil metros quadrados (18,3%) representam entrave à continuação do leito da Avenida Leste Oeste. Porém, a área é de intensa valorização imobiliária, com presença considerável de verticalização no entorno, além de áreas públicas à disposição do poder municipal com vistas à equacionar o conflito entre mobilidade e o direito à moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstra a importância dos estudos urbanos sobre habitação, numa perspectiva da produção do espaço urbano como processo permanente. Ela desvela os diferentes interesses pelo uso da terra urbana, dentre os quais se destaca, a insuficiência das políticas habitacionais de Goiânia, que culminou em 135 favelas conforme Almeida e Lima (2021;2019) e no caso desta pesquisa mais de duas dezenas de favelas estão espalhadas ao longo do traçado da antiga RFFSA e da Avenida Leste-Oeste.

A análise ainda indicou a área de conflito entre o uso do solo para as finalidades de habitação popular e a mobilidade urbana, numa relação em que o modo de apropriação da terra urbana pelos movimentos sociais organizados, deixou marcas na paisagem urbana da região Leste de Goiânia.

Demonstramos ainda que os estoques apropriados pela população de baixa renda coexiste numa região onde há uma intensa valorização imobiliária, de fácil acesso à centralidade. Para além disso, mesmo que do ponto de vista histórico a pesquisa não tenha conseguido identificar os atores sociais específicos das áreas de posse da Avenida Leste Oeste, demonstrou um perfil de uso de área da ordem de 30 hectares, pelo fato de que a articulação ferroviária nunca interessou muito aos gestores públicos de Goiânia.

Como caracterizamos, a disposição geográfica das favelas da região Leste de Goiânia serviu-se dos estoques de terras públicas federais, dispersando-se e atingindo mais de 1,4 milhão de metros quadrados. Como essas áreas estavam escondidas, parte delas em áreas úmidas e longe das vias rodoviárias, tal fato favoreceu determinados discursos políticos. Atualmente, porém, a favela da RFFSA chama atenção, sobretudo dos gestores de trânsito, pela importância que se dá à integração do sistema de circulação rodoviária da região Leste de Goiânia, em especial ao aglutinar municípios do entorno metropolitano.

Por fim, e não menos importante, o ideário de mobilidade e fluidez, neste caso específico, esbarrará na remoção de pelo menos mais uma centena de famílias, caso prevaleça a visão obtusa de engenharia de trânsito, fato já identificado noutras realidades do Brasil, conforme Kowarick (1979), Rodrigues (1994) e Sachs (1999). Nestes termos, a pesquisa contribui ao reiterar a importância

destes estoques serem usados pela moradia popular, preservando o direito ao fácil acesso às amenidades das famílias de baixa renda. Uma agenda de pesquisa que permanece aberta é sobre o uso das áreas de preservação permanente que tangenciam o recorte da pesquisa, além, é claro, do segmento oeste da Avenida Leste-Oeste, conforme noticiado pela imprensa (O POPULAR, 2004; 2018).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; LIMA, L. O. A espacialização das lutas populares pela moradia em Goiânia-GO: as narrativas partir da imprensa goiana entre 1970 e 2018. **Relatório Final.** Programa de Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, 2019.

ALMEIDA, L. S.; LIMA, L. O. Lutas populares pela moradia em Goiânia-GO-Brasil: as narrativas e a espacialização a partir da imprensa goiana entre 1975 e 1990. **Elisée: Revista de Geografia da UEG.** Volume 10, n. 02, 2021. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/12461. Acesso em: 02 de Abril de 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico** 2010. Rio de Janeiro, 2010.

CORRÊA, R. L**. O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979,

LIMA, L. O. Os limites do mercado imobiliário: as estratégias e a produção do espaço na RMG - DOI 10.5216/bgg.v35i2.37436. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 359–377, 2015. DOI: 10.5216/bgg.v35i2.37436. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/37436. Acesso em: 03 abr. 2023.

LIMA, L. O. As metamorfoses recentes no espaço urbano de Senador Canedo: [manuscrito] : rearranjos nos espaços da metrópole goiana **Dissertação.** Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. 2010. 205 f.

MOYSÉS, **A. Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

MORAES, L. M. A Institucionalização da Segregação Urbana na Cidade de Goiânia: 1933 a 2000. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2003. Disponível em: < http://www2.ucg.br/arq2/tesesDisert/luciamoraes.PDF>. Acesso em: 06 out. 2009.

O POPULAR, A favela cresce na linha do trem**.** Goiânia, 21 out. 2004.

_____ Invasões crescem em reserva ambiental. Goiânia, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/invas%C3%B5es-crescem-em-reserva-ambiental-1.1684189>. Acesso em: 30 novembro de 2022.

_____ Favelas já ocupam mais de 496 hectares em Goiânia - Disponível em: https://opopular.com.br/cidades/favelas-ja-ocupam-mais-de-496-hectares-em-goiania-1.2559528 Acesso em 20 de Janeiro de 2023.

SACHS, C. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994.

TV UFG. Nossa história daria um filme. Episódio de Abertura (Goiânia). Canal da **Tv UFG; Youtube**. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e6Bk2N8xN6c. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.